
Comunicação oral: Eixo 3 - Políticas, gestão e avaliação Pós-LDBEN

AVALIAÇÕES EXTERNAS E DESIGUALDADES SOCIAIS: OS IMPACTOS NA ESCOLA PÚBLICA

Andressa Vitoria Rodrigues da Silva – UFAL/Maceió¹
Givanildo da Silva – UFAL/Maceió²

Resumo: As desigualdades fazem parte da história do Brasil desde o início, mas foi com o nascimento do capitalismo que as desigualdades sociais se intensificaram. O presente trabalho trata-se de um recorte de uma pesquisa de Iniciação Científica, a qual teve como objetivo mapear as produções acadêmicas defendidas na última década (2015/2025) sobre as avaliações externas e as desigualdades sociais. A metodologia esteve pautada em uma abordagem qualitativa, por meio de um estudo exploratório, tendo como técnica a Revisão Sistemática da Literatura (Galvão; Ricarte, 2020). Os estudos revelam que as avaliações externas, com o pressuposto de melhorar a qualidade da educação ofertada nas escolas, sobretudo as públicas, acabam tendo o efeito oposto e contribuem para a manutenção das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Desigualdades sociais. Avaliações externas. Escolas públicas.

Introdução

As avaliações externas têm sido adotadas no Brasil como o principal mecanismo para medir a qualidade da educação básica. Essas avaliações surgiram no país em 1990, com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) (Sousa, 2024). Ocorre, nesse contexto, a centralização das avaliações externas. Esta foi principalmente "induzida pela possibilidade de essa mesma avaliação se tornar um dos instrumentos mais eficazes para introduzir mudanças em diferentes sectores sociais" (Afonso, 2007, p.12).

Com a centralização das avaliações externas e a existência de um Estado Avaliador, o qual "tende a sobrevalorizar indicadores e resultados quantificáveis sem levar em consideração os contextos e os processos educativos" (Afonso, 2002, p. 35), cresce a cultura da avaliação na

¹ Graduanda em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas. Integrante do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4274017593101459> ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0007-0641-5556>.

² Doutor em Educação pela UFPB. Professor do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. Integrante do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3702199251733170>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5490-6690>

educação básica sob o pressuposto de melhorar a qualidade da educação ofertada nas escolas públicas, sobretudo. Por outro lado, crescem também as desigualdades sociais.

A partir do exposto, este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a relação entre as avaliações externas e as desigualdades sociais, a fim de entender suas implicações para o cenário educacional que se configura atualmente em nosso país. Além disso, com base em estudos sobre o tema, são feitos apontamentos sobre os seus impactos na educação ofertada nas escolas públicas.

Materiais e métodos

Este trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa de Iniciação Científica, a qual dedicou-se a responder à seguinte questão: quais são as implicações das desigualdades sociais na cultura da avaliação na escola pública? Para responder à questão, foi utilizada uma metodologia centrada em uma abordagem qualitativa, por meio de um estudo exploratório, tendo como técnica a Revisão Sistemática da Literatura (RSL).

Com o objetivo mapear as teses e dissertações publicadas na última década (2015/2025), no Catálogo de Teses & Dissertações CAPES, foram definidos critérios de inclusão e de exclusão. Os critérios de inclusão delimitavam que os trabalhos tratassem das desigualdades sociais e políticas de avaliação na educação básica, que fossem teses e dissertações e que tivessem sido defendidos no recorte temporal estabelecido. Já os critérios de exclusão referiam-se aos trabalhos que não tratavam da temática e não haviam sido defendidos no período considerado.

Discussão dos resultados

Com o surgimento do capitalismo, as desigualdades foram acentuadas. Ocorre que esta nova forma de organização social não era e nunca foi igualitária. Na sociedade capitalista, formalmente, todas as pessoas são livres e iguais, contudo, materialmente, detém poder aquele que acumula mais capital. Assim, as desigualdades sociais aprofundam-se no capitalismo contemporâneo (Miranda, 2020).

Desse modo, sendo a escola uma organização importante da sociedade, logo, não está isenta das desigualdades. A postura de silenciamento das desigualdades sociais, comumente adotada nas escolas, afasta a organização da sua função social. E, especificamente nas escolas públicas, os mais afetados são os sujeitos que, não raro, enfrentam dificuldades de concentração durante as aulas porque estão com fome, por exemplo.

Por conseguinte, crescem os discursos que desqualificam a escola pública, reduzindo-a ao papel de depósito de alunos desinteressados (Faria, 2020). Tais discursos são frutos da indiferença em relação às desigualdades sociais. Tomemos como exemplo os altos índices de evasão escolar, a partir de dados como esses, geralmente levantados por meio do Censo Escolar, ou, por meio de avaliações externas e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), os governos criam projetos para tentar combater o problema. Entretanto, esses programas são apenas paliativos, pois não agem no que é de fato o problema: a desigualdade de oportunidades.

Assim, entender que desigualdade é a privação ou má distribuição de oportunidades, bens e serviços públicos facilita o entendimento do termo. Ao ser analisada criticamente, nota-se que a pobreza não é apenas a ausência de renda, mas também a falta de oportunidades e condições dignas de vida. Nesse contexto, a escola vira o lugar da refeição garantida, do lazer e da socialização com os colegas. Isto posto, a escola deveria conscientizar os sujeitos para uma atuação crítica, ativa e consciente na sociedade. Todavia, não é o que vem ocorrendo nas escolas públicas e isto se deve, em partes, aos currículos que têm sido reduzidos para atender às demandas das avaliações externas.

A redução da carga horária de disciplinas de caráter crítico nos currículos das escolas públicas se deu por conta das demandas das avaliações externas. Nessas avaliações, são cobradas, majoritariamente, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, assim, motivadas pelas bonificações, ao atingirem as metas e sob a pressão das punições quando não as alcançam, as escolas tendem a focar apenas nos conteúdos que serão cobrados nesses testes, deixando o ensino das disciplinas de caráter crítico de lado. Configura-se, assim, um cenário de sucateamento da educação pública causado pelas avaliações externas.

Nesse sentido, conforme Souza (2019), que utilizou estatística analítica básica para o cruzamento de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Escolar e Prova Brasil, atualmente Prova Saeb, há relação direta entre desigualdades sociais e o desempenho escolar. O autor evidencia que as condições socioeconômicas influenciam os resultados das escolas em indicadores como Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, taxas de reprovação, abandono e outros.

Na mesma direção, o trabalho de Elsenbach (2022), cujo lócus foram os municípios de pequeno porte do estado do Paraná, ao utilizar dois grupos comparativos, sendo, 10 municípios com maiores e 10 municípios com os menores desempenhos nas edições de 2015, 2017, 2019 e 2021 do IDEB, levantou dados que indicam que os municípios com os melhores

indicadores socioeconômicos tendem a obter pontuações mais altas nas avaliações externas. Portanto, as políticas públicas devem considerar os contextos locais, pois esses impactam diretamente no desempenho escolar e nas avaliações externas.

Considerações finais

Em sua primeira edição, a prova Saeb tinha o objetivo de diagnosticar problemas na educação, sobretudo a pública. Contudo, com a crescente onda neoliberal, as avaliações externas perdem essa função diagnóstica e tornam-se instrumento de regulação. As pesquisas apontam que a competitividade, individualidade e o apelo aos resultados quantificáveis que hoje permeiam essas avaliações intensificam as desigualdades sociais e não contribuem para a melhora da qualidade da educação.

Referências

- AFONSO, A. J. Estado, Políticas Educacionais e Obsessão Avaliativa. *Contrapontos*, Itajaí, v. 7, n. 1, p. 11-22, jan./abr. 2007.
- AFONSO, A. J. Políticas educativas e avaliação de escolas: por uma prática avaliativa menos regulatória. In: COSTA, J. A.; NETO-MENDES, A.; VENTURA, A. (orgs.). *Avaliação de organizações educativas*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002. p. 31-37.
- ELSENBACH, L. A. W. *Relações comparativas entre características de contexto e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em municípios de pequeno porte do estado do Paraná*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2022.
- FARIA, E. S. Pobreza e escola: discurso e silenciamento no contexto educacional. In: MORAES, K. N.; LIMA, D. C. B. P.; ALVES, A. I. (orgs.). *Desigualdade social e pobreza: múltiplas faces frente à educação* [e-book]. Goiânia: Cegraf UFG, 2020. p. 148-172.
- GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, set. 2019/fev. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21728logeion.2019v6n1.p57-73>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- MIRANDA, M. G. Educação, pobreza e desigualdade social. In: MORAES, K. N.; LIMA, D. C. B. P.; ALVES, A. I. (orgs.). *Desigualdade social e pobreza: múltiplas faces frente à educação* [e-book]. Goiânia: Cegraf UFG, 2020. p. 13-28.
- SOUSA, S. Z. *Avaliação educacional: de aprendizagem, institucional, em larga escala*. São Paulo: Contexto, 2024.
- SOUZA, H. *Desigualdade social e desigualdade educacional: indicadores educacionais e o*

contexto socioeconômico da população em interface. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.